

Após 7 horas de debate, Senado confirma mínimo de R\$ 545

Aprovado sem alterações, novo valor deve vigorar a partir de 1º de março. Projeto estabelece ainda que, até 2015, piso salarial será reajustado por decreto com base na inflação do ano anterior mais o PIB de dois anos antes



Sessão longa e marcada por discursos inflamados foi acompanhada, das galerias, por manifestantes sindicais

O Plenário do Senado aprovou ontem, sem modificações, a proposta do governo que aumenta para R\$ 545 o salário mínimo neste ano e estabelece a

regra para o reajuste até 2015. Se for sancionado ainda este mês pela presidente Dilma Rousseff, o novo valor valerá já em 1º de março. Após mais de sete horas de debates,

os governistas derrubaram as três emendas da oposição que foram a votação nominal: duas estabelecendo valores para o mínimo e uma proibindo o reajuste por decreto. **4 e 5**

Cinco comissões já têm novos presidentes



Fernando Collor de Mello

CRE Novo presidente propõe mudanças na fórmula de votação das indicações de embaixadores. **8**



Rodrigo Rollemberg

CMA Rollemberg promete revisão do Código Florestal e prioridade para criação de uma "economia verde". **7**



Acir Gurgacz

CRA Senador pretende unir interesses do meio ambiente e dos produtores rurais e fortalecer vocação agrícola. **7**



Benedito de Lira

CDR Aviação regional, turismo e preparação do país para sediar a Copa do Mundo e as Olimpíadas serão prioridades. **6**



Delcídio Amaral

CAE Delcídio é eleito e coordena sabatina de Altamir Lopes e Sidnei Marques, indicados diretores do Banco Central. **3**

Genildo Magalhães/Senado Federal



Dornelles (E) e Suplicy: membros da comissão decidiram adiar a reunião que ocorreria ontem, para analisar temas com mais tempo

Dornelles: vontade da maioria definirá posição da comissão

Comissão de Reforma Política deve decidir no voto quais propostas de mudança no sistema eleitoral estarão contidas no anteprojeto a ser apresentado ao Senado

A COMISSÃO DE Reforma Política deverá decidir no voto quais propostas de mudança no sistema eleitoral estarão contidas no anteprojeto que será apresentado ao Senado. Conforme o presidente do colegiado, Francisco Dornelles (PP-RJ), a vontade da maioria definirá a posição do grupo, após serem ouvidas as diferentes visões sobre cada tema.

Dornelles é de opinião, também manifestada por Demóstenes Torres (DEM-GO), de que os senadores já têm posição sobre a maioria dos temas a serem tratados pela comissão, sendo necessário apenas votá-los.

Na reforma política, os parlamentares deverão analisar os seguintes temas: sistemas

eleitorais, financiamento eleitoral e partidário, suplência de senador, filiação partidária e domicílio eleitoral, coligações, voto facultativo, data da posse dos chefes do Executivo, cláusula de desempenho, fidelidade partidária, reeleição e mandato, e candidato avulso.

Sistema eleitoral

A principal disputa deve ocorrer em torno das mudanças no sistema eleitoral. Para substituir o modelo proporcional com lista aberta, hoje vigente para escolha de deputados e vereadores, tem sido proposto o proporcional com lista fechada e o majoritário, com suas variantes – voto distrital e “distritão”.

Esses temas estarão em debate

na primeira reunião de trabalho da Comissão de Reforma Política, marcada para a próxima terça-feira. Inicialmente convocada para ontem, a reunião foi adiada a pedido de membros da comissão, que pediram tempo para analisar os temas.

Francisco Dornelles informou que ainda não escolheu o relator da comissão e que pretende ouvir o grupo antes de estabelecer estratégias de trabalho, como a definição de prioridades na lista de temas ou mesmo uma possível divisão em sub-relatorias.

– Quero abrir a sessão e perguntar aos senadores como eles acham que devem ser conduzidos os trabalhos – disse o parlamentar.

Câmara deve instalar grupo de trabalho na semana que vem

O presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), informou que a comissão especial que discutirá a reforma política naquela Casa será instalada na terça-feira. O grupo terá 180 dias para apresentar uma proposta. As informações são da Agência Câmara.

– A comissão será formada por 40 deputados que vão discutir todos os projetos que já tramitam na Casa e aquelas propostas que têm surgido no debate cotidiano. A partir daí, eles terão subsídios para formular um anteprojeto que possibilite uma ampla reforma política – afirmou.



Marco Maia informa que comissão especial da Câmara terá 40 deputados



Fux (E, com Sarney) vai ocupar vaga deixada com a saída de Eros Grau

Luiz Fux convida Sarney para sua posse no STF

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a visita de Luiz Fux, que veio entregar o convite para a solenidade em que será empossado no cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), marcada para a próxima

quinta-feira, às 16h. Indicado pela presidente Dilma Rousseff para o cargo, Fux teve seu nome aprovado no último dia 9 pelo Plenário do Senado. Ele ocupará a vaga aberta em agosto de 2010 com a aposentadoria do ministro Eros Grau.

Mozarildo elogia Dilma por descartar retorno da CPMF

A notícia veiculada pela imprensa de que a presidente Dilma Rousseff garantiu que o governo somente discutirá a volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) depois de acabar com os desperdícios e melhorar o gerenciamento do setor foi comemorada por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Ele lembrou que, em dezembro de 2007, o Senado rejeitou a prorrogação do tributo depois de uma discussão exaustiva.

– A poeira nem assentou ainda e já começam a surgir argumentos de que a saúde precisa da CPMF de volta. Sou médico e fiquei feliz com a declaração da presidente Dilma. Ela tem razão quando descarta a volta da contribuição antes que haja um mapeamento dos problemas da saúde e da melhoria na gestão [do SUS] – afirmou.

Para o senador, é inviável alocar mais dinheiro para a saúde sem antes eliminar a corrupção que desvia recursos do setor.

Mozarildo informou que a Controladoria-Geral da União (CGU), órgão fiscalizador do próprio Executivo, constatou que nos últimos cinco anos foram desviados cerca de R\$ 500 milhões da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

O senador classificou como falso o argumento utilizado pelos defensores do retorno da CPMF no sentido de que a contribuição somente atingiria os usuários de conta bancária, portanto, as pessoas de melhor remuneração. Ele destacou que, ao comprar um quilo de feijão ou até mesmo um pãozinho, qualquer pessoa pagaria pela CPMF, que já viria embutida no produto.



Waldemir Barrero/Senado Federal

Para o senador, também médico, é preciso primeiro melhorar a gestão da saúde

Marco Maia: Câmara deve discutir financiamento à saúde

O presidente da Câmara, deputado Marco Maia, disse ontem que “não há clima para votação de propostas que aumentem impostos”. Ele se referia a suposta intenção do governo de trazer de volta a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) para financiar a saúde. A informação é

da Agência Câmara. O tributo teve sua prorrogação rejeitada pelo Senado em dezembro de 2007.

Marco Maia ressaltou, no entanto, que os deputados “vão discutir e debater todos os temas que chegarem à Casa e que tratem, principalmente, dessa questão do financiamento da saúde”.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Acesso a informações sobre obras públicas

14h Na ordem do dia, projeto que permite a professores e estudantes de Engenharia e Arquitetura terem acesso a informações, de valor didático, sobre obras públicas.

Presidência Sarney recebe embaixador da China

12h O senador José Sarney recebe o embaixador da China, Qiu Xiaogang, e, às 12h30, a procuradora da República Ana Borges Coelho Santos. Às 16h, preside a ordem do dia da sessão plenária.

Diploma Eleições no Conselho do Diploma Bertha Lutz

10h O Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz elege o presidente e o vice-presidente.

SESSÃO ON-LINE: confira a íntegra da sessão do Senado em www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Comissão de Assuntos Econômicos aprova nomes propostos pela presidente da República com 19 votos favoráveis e duas abstenções

Gerardo Magalhães/Senado Federal



Sidnei Corrêa Marques e Altamir Lopes (C), ao lado do presidente da CAE, Delcídio Amaral (D): votação antes do fim da sabatina gerou críticas da oposição

Indicações para diretoria do BC só dependem de votação em Plenário

LOGO APÓS CONFIRMAR Delcídio Amaral (PT-MS) na presidência, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, ontem à tarde, as indicações de Altamir Lopes e Sidnei Corrêa Marques para a diretoria do Banco Central. Houve 19 votos favoráveis e duas abstenções. Delcídio esperava que as indicações fossem votadas ainda ontem no Plenário, mas a discussão sobre o salário mínimo impediu a apreciação.

Os indicados são, atualmente, chefes de departamentos no BC. Aprovados pelo Plenário, eles serão promovidos ao cargo de diretor: Altamir Lopes deixará o Departamento Econômico para assumir a Diretoria de Administração, enquanto Sidnei Corrêa Marques deixará o Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro e de Gestão da Informação para assumir a Diretoria de Liquidações e Controle de Operações do Crédito Rural.

O novo presidente da CAE disse que um dos motivos para a pressa é a próxima

reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom), que acontece na terça e na quarta da semana que vem, quando vai se decidir se haverá uma nova alta na taxa básica de juros (a taxa Selic). Como as duas indicações se destinam à cúpula da instituição, Altamir Lopes e Sidnei Corrêa Marques poderiam participar da reunião do Copom já como diretores e, portanto, com direito a voto.

Aloysio se retira

Mas a pressa provocou polêmica. Durante a sabatina na CAE, Delcídio e o novo vice-presidente da comissão, Lobão Filho (PMDB-MA), decidiram realizar a votação dos indicados antes do fim das perguntas dos senadores – e das respectivas respostas de Altamir e Sidnei. O procedimento foi apoiado pelos parlamentares da base do governo, mas foi criticado pelos integrantes da oposição.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) esteve

entre os que defenderam uma sabatina mais longa para que houvesse uma avaliação mais rigorosa das indicações. Além disso, ele argumentou que a votação antes do fim dos questionamentos desrespeita o artigo 52 da Constituição. Lobão Filho respondeu que o procedimento foi respaldado pelos membros da comissão, que apoiaram (por 9 a 3) a decisão de votar antecipadamente. Segundo Lobão Filho, a norma citada por Aloysio Nunes “vale para a votação em Plenário, mas não para a comissão”.

– Não há nada no Regimento Interno do Senado que impeça esse procedimento – declarou o vice-presidente da CAE.

Como protesto, Aloysio Nunes retirou-se da comissão e não participou da votação, gesto que foi repetido pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Apesar disso, Aloysio ressaltou que os indicados “são preparados, competentes e bons funcionários”.

Discussão sobre taxa de juros domina a sabatina na CAE

Durante a sabatina dos indicados para a diretoria do BC, o uso da taxa básica de juros no combate à inflação foi um dos principais temas. O senador Francisco Dornelles (PP-RJ), que recentemente criticou a última alta da taxa básica, questionou o por que da influência dessa taxa sobre os preços de *commodities* e alimentos [apontados como importantes fatores de pressão sobre a inflação]. Altamir Lopes disse que não há como calcular a influência direta da taxa Selic sobre *commodities* e alimentos, mas argumentou que os aumentos de preços desses itens “não estão diretamente ligados à elevação da taxa básica”.

– Pesam muito mais, nesse caso, as questões climáticas e a especulação financeira, além do excesso de demanda no resto do mundo – explicou.

Roberto Requião (PMDB-PR) perguntou por que, em vez de aumentar a taxa Selic, “que enriquece os bancos e aumenta a dívida pública”, não se eleva apenas os depósitos compulsórios?. Altamir respondeu que manipular os depósitos compulsórios “ajuda muito, mas tem os seus limites, pois as suas alíquotas já estão altas”.

– E a taxa básica de juros é mais efetiva – acrescentou.

Antes de se retirar, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) questionou o custo de manutenção das reservas internacionais, hoje estimadas em cerca de US\$ 300 bilhões. Um dos problemas a que ele se referiu é o da diferença entre as taxas de juros recebidas com o dinheiro dessas reservas (aplicadas principalmente em títulos públicos norte-americanos) e as taxas, mais altas, que o governo brasileiro paga devido às operações de “esterilização” (na qual emite títulos públicos para comprar os dólares que entram na economia do país).

CCJ adia decisão sobre criação de cargos no INSS

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá examinar na próxima quarta-feira a proposta do Executivo de criação de 500 cargos para a carreira de perito médico previdenciário do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O projeto (PLC 178/10) também cria outros 624 cargos em comissão na instituição, sendo 14 deles de livre provimento. Pedido de vista coletiva impediu que a matéria fosse votada ontem pela comissão.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), tentou aprovar o projeto ontem mesmo, argumentando que o aumento de funcionários visa dar melhores condições de atendimento.

O senador José Pimentel (PT-CE), ex-ministro da Previdência, também pediu a aprovação da proposta. Ele explicou que o governo construiu 720 novas agências do INSS, que esperam a chegada dos novos funcionários para abrir suas portas.

– Não podemos continuar penalizando os mais pobres, principalmente com a dificuldade de realização de perícias

médicas – observou Pimentel.

Ministro da Previdência, o senador licenciado Garibaldi Alves Filho acompanhou a discussão da proposta na CCJ.

O pedido de vista coletiva foi baseado no anúncio recente do governo federal de corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento da União e na suspensão da realização de vários concursos públicos.

Para Demóstenes Torres (DEM-GO), é uma incongruência o governo pedir a ampliação do quadro de funcionários do INSS e, ao mesmo tempo, anunciar

cortes no Orçamento, suspender concursos públicos e dizer que não tem dinheiro para pagar um aumento maior do salário mínimo.

Reforma do Senado

A CCJ também decidiu aprovar requerimento do presidente do colegiado, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), para a criação de nova subcomissão temporária para analisar, num prazo de 90 dias, projeto de resolução (PRS 96/09) sobre a reforma administrativa do Senado Federal.



CCJ retoma reforma do Senado a pedido de Eunício Oliveira (E, ao lado de Renan)

José Cruz/Senado Federal

Projeto sobre fuso do Acre fica para a próxima semana

Foi adiada para a próxima quarta-feira a decisão sobre o fuso horário do Acre que deveria ser tomada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça. O adiamento foi provocado pela falta de acordo sobre a necessidade ou não de uma nova norma suspendendo os efeitos da Lei 11.662/08, que alterou o horário.

Em referendo, realizado nas últimas eleições e já proclamado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a população acreana decidiu pela volta do antigo fuso horário do estado, ou seja, duas horas a menos em relação a Brasília. No momento, vigora o fuso de uma hora a menos.

O relator, senador Sérgio Petecão (PMN-AC), sugeriu no parecer a edição de um ato declaratório do presidente José Sarney explicitando a amplitude e o momento em que o referendo passa a valer. Mas o senador Jorge Viana (PT-AC) lembrou que a questão não pode ser meramente monocrática, por não se tratar somente “de um tema do Acre, mas um tema da Amazônia, um tema do país”.

Proposta relativa a anistiados ainda sem definição

A votação de proposta que modifica o cálculo do valor das indenizações devidas a anistiados políticos foi adiada, devido a um pedido de vista coletiva, para a próxima reunião da CCJ.

Do ex-senador Expedito Júnior (PR-RO), o projeto (PLS 517/07) deduz dos valores dos danos materiais alegados pelos anistiados aqueles auferidos em atividade remunerada exercida durante o período em que supostamente ocorreram os prejuízos. O relator, Demóstenes Torres (DEM-GO), considera justa a proposta, “desde que haja possibilidade de quantificar o dano material”, pois muita gente ficou na clandestinidade. Esclareceu ainda que o projeto, se aprovado, não poderá retroagir em relação a quem já recebeu indenização conforme os antigos cálculos.

Também foi adiada na comissão a análise da proposta que obriga as concessionárias de energia elétrica a instalar, sem ônus adicional, relógios de dupla tarifação para produtores rurais (PDS 787/09).

Alvaro Dias aponta recursos para garantir mínimo de R\$ 600



Alvaro Dias

O líder do PSDB, senador Alvaro Dias (PR), apresentou uma fórmula para obter os recursos necessários à elevação do salário mínimo a R\$ 600. O parlamentar explicou que, para cada R\$ 1 a mais no salário mínimo, os gastos públicos aumentam em R\$ 300 milhões. Como a diferença entre o mínimo proposto pelo governo – R\$ 545 – e os R\$ 600 defendidos pelo PSDB é de R\$ 55, o aumento do gastos seria, então, de R\$ 16,5 bilhões.

De acordo com Alvaro Dias, hoje o governo federal omite receitas de R\$ 24 bilhões. Outros R\$ 11,5 bilhões poderiam ser conseguidos por meio da redução de despesas, sem afetar programas sociais e investimentos.

O senador protestou, ainda, contra dispositivo do PLC 1/11 que possibilita ao governo determinar o valor do salário mínimo por decreto presidencial.

Aloysio Nunes acusa governo de querer fim do debate no Parlamento

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) acusou o governo federal de querer eliminar o debate no Parlamento sobre os reajustes anuais do salário mínimo. O senador criticou o reajuste anual do piso por meio de decreto, conforme o projeto do Executivo, e defendeu o aumento do novo salário para R\$ 600.

– Querem acabar com o debate político sobre o salário mínimo. A Constituição federal diz que o reajuste do salário mínimo deve ser fixado por lei – declarou o parlamentar.

Marinor defende R\$ 700 e lembra promessa não cumprida de Lula

A líder do PSOL, senadora Marinor Brito (PA), lembrou que o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu dobrar o poder de compra do salário mínimo em seu primeiro mandato e que os trabalhadores acreditaram. Para cumprir a promessa de Lula, o valor deveria ser de aproximadamente R\$ 700 – conforme proposta do PSOL.

– Nós queremos, sim, uma política de recuperação do salário mínimo, mas não nessa lógica de quem protege o ajuste fiscal, o superávit primário – disse.

Valor acima de R\$ 545 “não só é possível, mas é necessário”, diz Randolfe

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse que o país tem condição de ter um mínimo maior que R\$ 545. Um reajuste maior não é só possível, como necessário, afirmou, ao defender um piso de R\$ 700.

O senador comentou que, segundo estudos do Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Socioeconômicos (Dieese), o mínimo ideal é de R\$ 2.227,53. Randolfe também assinalou que, entre 1952 e 1965, o mínimo era superior a R\$ 1.000, em valores atualizados.

– O Brasil já pôde – e já foi concretamente possível – afirmou.

Para José Agripino, “juros menores teriam bancado os R\$ 560”



José Agripino Maia

Autor da emenda que propunha um mínimo de R\$ 560, José Agripino (DEM-RN) disse ontem que se viveu um dilema.

– Ou optamos por um gasto público de má qualidade, que é priorizar o pagamento de juros, ou votamos pelo gasto de boa qualidade, que é remunerar com decência os trabalhadores.

Agripino explicou que, para o Executivo dispor dos R\$ 4 bilhões que representam a diferença dos 15 reais a mais que ele está propondo ao salário mínimo, bastaria o Copom, em sua próxima reunião, promover um aumento na taxa Selic inferior a 0,25%.

Na avaliação do senador, o déficit fiscal que o governo alega para não oferecer um aumento do salário mínimo superior a R\$ 545 tem como principal problema o total da dívida interna, que hoje está em torno de R\$ 1,7 trilhão.

Mário Couto afirma que proposta é inconstitucional

Mário Couto (PSDB-PA) disse que, apesar do esforço do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), em defesa da fixação do salário mínimo em R\$ 545 e de sua correção por meio de decreto presidencial, a proposta contraria a Constituição.

Ao se pronunciar contra o PLC 1/11, que estabelece o mínimo de R\$ 545 e uma política de reajuste anual até 2015, Mário Couto também afirmou que a proposta relatada por Jucá prejudica os aposentados.

Fixação por decreto é atentado à democracia, avalia Marisa Serrano

Marisa Serrano (PSDB-MS) protestou em Plenário contra a possibilidade de o salário mínimo ser fixado anualmente por decreto presidencial, como previsto no projeto aprovado ontem à noite. A senadora lembrou o recente passado de governo autoritário no Brasil para dizer que a coisa mais importante para uma nação é a democracia. Ela afirmou que a classe política brasileira não pode abrir mão do direito de divergir e que o papel da oposição é o de discutir, propor, questionar e fiscalizar.

Jarbas: Congresso não pode ser reduzido ao papel de despachante

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) criticou a proposta do governo de reajustar o mínimo por decreto, sem a participação do Congresso Nacional.

– Da forma como o governo vem se comportando, dentro em breve o Congresso Nacional abrirá mão de todas as suas prerrogativas constitucionais. Esta Casa não pode ser reduzida ao papel de despachante das iniciativas do Executivo. E o pior é aceitar isso de maneira passiva e subserviente – disse o senador, favorável à aprovação de um salário mínimo maior.

Projeto foi aprovado ontem pelo Plenário sem emendas ao texto que veio da Câmara, o que permitirá à presidente Dilma Rousseff sancionar novo valor ainda este mês

Após longo debate, Senado aprova reajuste do salário mínimo para R\$ 545

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem, após mais de sete horas de debates, o projeto de lei da Câmara (PLC 1/11) que fixa o salário mínimo de 2011 em R\$ 545 e estabelece uma política de reajuste que considera a inflação do ano anterior, medida pelo INPC, e o crescimento do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes.

O projeto vai à sanção da presidente da República, Dilma Rousseff, e deve entrar em vigor a partir de 1º de março.

A fórmula de reajuste, acertada em 2007 após acordo entre o governo e as centrais sindicais, será aplicada até 2015. O texto também determina que o Poder Executivo, por meio de decreto, fixará o valor do salário mínimo nesse período.

O debate começou antes mesmo da ordem do dia: os senadores se sucederam na tribuna, criticando ou apoiando a proposta do governo, por fim vencedora. O senador Paulo Paim (PT-RS) manifestou voto favorável ao projeto do governo, em razão da política de reajuste contida no texto

e da promessa da presidente Dilma de valorizar também as aposentadorias, criando uma alternativa para o fator previdenciário.

Antes do início da votação, o líder do PPS, senador Itamar Franco (MG), questionou o regime de urgência do PLC 1/11, aprovado antontem.

Segundo ele, houve desrespeito ao Regimento Interno da Casa, dado que o requerimento foi lido fora da hora do expediente, e não foi levado a voto nominal em Plenário.

O presidente do Senado, José Sarney, respondeu que apenas seguiu a praxe da Casa para tais requerimentos. Itamar Franco manifestou inconformismo, no que foi apoiado pela líder do PSOL, Marinor Brito (PA).

Em seguida, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), leu seu parecer ao projeto, rejeitando as emendas da oposição, mas admitindo a votação nominal sobre três delas: as que previam um salário mínimo de R\$ 600 (PSDB) e R\$ 560 (DEM) e a que suprimia do texto o artigo estabelecendo que o governo definirá o

valor do salário por decreto, até 2015, com base na fórmula fixada na lei.

Por acordo, três emendas foram votadas nominalmente, mas os governistas confirmaram a expectativa de larga margem de vantagem e derubaram todas elas com uma diferença de até 38 votos.

Os parlamentares da base e da oposição então se revezaram na tribuna para discutir o PLC 1/11, assistidos por representantes das centrais sindicais, que ocuparam as galerias do Plenário.

O líder do DEM, senador José Agripino (RN), afirmou que bastaria a taxa Selic, dos juros básicos, ter reajuste abaixo de 0,25% para ser possível o pagamento de um salário mínimo de R\$ 560.

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), garantiu haver recursos para um salário de R\$ 600. De acordo com ele, o governo omite receitas de R\$ 24 bilhões.

Após a votação, o PSDB e o PPS anunciaram que irão contestar no Supremo Tribunal Federal (STF) o artigo que prevê o reajuste do mínimo por decreto até 2015.

Jucá defende proposta e assegura que decretos só vão fixar os percentuais

Ao apresentar o parecer das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), defendeu a aprovação do projeto na íntegra, com a rejeição de todas as 11 emendas apresentadas, lembrando que acordo com a oposição decidiu pela votação de três destaques.

Ao ler o parecer, Jucá ressaltou que pela primeira vez o Legislativo irá aprovar uma lei que define para os próximos cinco anos os ganhos reais do salário mínimo, que no início do governo Lula era de R\$ 200 e chega agora, no governo Dilma, a R\$ 545, com um ganho acima de 53% no período. Destacou ainda que o projeto foi elaborado em cima de protocolo assinado com diferentes centrais sindicais e representantes do povo.

Jucá afirmou que o decreto a ser editado pelo Executivo contendo os percentuais de reajuste é apenas um instrumento informativo do valor determinado em lei, e que deverá ser aprovado no Congresso. Em nenhum momento, disse o senador, o Congresso estará abrindo mão de suas prerrogativas.

Precedente

O líder do governo lembrou ainda que, em abril de 2008, o Plenário aprovou, com aval de todos os partidos, projeto de lei que definia a mesma fórmula de reajuste do salário mínimo proposta pelo Executivo, sendo que os decretos a serem editados pelo governo definiriam apenas o valor do benefício.

Jucá também esclareceu que o Supremo Tribunal Federal (STF), em projeto encaminhado à Câmara, utiliza o mesmo instrumento proposto pelo Executivo para a correção dos vencimentos de seus funcionários.

Antes do debate, Itamar pede anulação de regime de urgência para votação

Antes de o Plenário debater o valor do salário mínimo, o líder do PPS, Itamar Franco (MG), apresentou questões de ordem e solicitou uma declaração de nulidade da urgência para a votação, aprovada ontem.

Itamar questionou o presidente do Senado, José Sarney, que, segundo ele, teria infringido o Regimento Interno quando leu o requerimento do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), pedindo urgência para a análise do PLC 1/11, fora do período do expediente.

– Vale destacar que o mau costume gera frutos. Tão acostumados estão os líderes majoritários a exercer o comando, até mesmo sobre o Regimento Interno da Casa, que nem se preocupam mais, ao requerer, em citar o fundamento regimental – disse Itamar, que frisou dirigir-se não à pessoa de Sarney, mas, institucionalmente, ao presidente do Senado.

O líder do PPS afirmou que o requerimento de urgência também não foi submetido a votação nominal, sendo aprovado apenas simbolicamente. Sarney respondeu que não houve desrespeito ao regimento e que a leitura de requerimentos em outros momentos, além do período do expediente, é a praxe do Senado. O presidente do Senado acrescentou que a forma utilizada para votação de requerimentos é adotada pela Casa desde 2003, não tendo havido, desde então, qualquer contestação a essa sistemática.

“Evidentemente o Regimento Interno fala em 48 horas, mas esse interstício pode ser quebrado desde que o Plenário se manifeste a favor”, explicou Sarney, afirmando que não houve contestação de nenhum senador no momento da votação do requerimento de urgência. A líder do PSOL, Marinor Brito (PA), somou-se ao protesto de Itamar, dizendo não ter sido consultada sobre a matéria.



José Sarney comanda a sessão, ao lado do líder do governo no Senado, Romero Jucá, e da senadora Marta Suplicy



Marinor Brito protesta no Plenário: a senadora do PSOL queria que a emenda de seu partido tivesse destaque



Itamar Franco (E) critica o líder Romero Jucá por ter apresentado pedido de urgência para votação do projeto



Manifestantes de centrais sindicais exibem cartazes para protestar contra o valor fixado no projeto do governo

Líder do PT lembra papel do mínimo para fortalecimento de mercado interno

O líder do PT, Humberto Costa (PE), disse que o salário mínimo teve um papel fundamental na política de transferência de renda do ex-presidente Lula e na construção de um mercado interno que amenizou os efeitos da crise internacional. Para ele, a proposta de R\$ 545 é um “avanço importante”.

– A partir de 2003, mesmo sem uma regra definida, o governo do presidente



Humberto Costa

Lula, a cada ano que se passou, garantiu reajustes para o salário mínimo acima da inflação. E, ao longo desse período, os trabalhadores representados pelas suas centrais sindicais reconheceram essa boa intenção – afirmou.

Humberto Costa assinalou que as centrais pediam uma política que garantisse ganhos crescentes e permanentes para o salário mínimo.

Paim relata promessas feitas por Dilma e justifica adesão à proposta governista

Paulo Paim (PT-RS) justificou em Plenário sua adesão à proposta governista do salário mínimo de R\$ 545. O senador admitiu, assim, ter desistido da luta que vinha mantendo juntamente com as centrais sindicais por um aumento maior, pelo menos para R\$ 560.

Ele informou que, em conversa com a presidente Dilma Rousseff, recebeu dela a garantia de que irá manter a política salarial



Paulo Paim

de valorização do mínimo, conquistada, segundo o senador, por todos os partidos e centrais sindicais. Paim disse ainda que Dilma prometeu assumir compromisso com outras duas importantes bandeiras defendidas por ele: o fim do fator previdenciário, para o qual prevê uma política alternativa, e uma política de valorização das aposentadorias e pensões do INSS.

Walter Pinheiro comemora “política real de reajuste”

Para Walter Pinheiro (PT-BA), a metodologia de valorização do salário mínimo a longo prazo deverá beneficiar a classe trabalhadora por estabelecer uma política real, baseada em parâmetros de macropolítica econômica.

– O que se discute é uma política real de reajuste do salário mínimo, que permitirá que aqueles que estão na base da produção possam se esforçar para ter acesso ao produto de seu trabalho, do seu esforço cotidiano – disse.

Gleisi acusa PSDB de proselitismo e defende governo Lula

Gleisi Hoffmann (PT-PR) comparou os valores alcançados pelo salário mínimo nos dois mandatos do presidente Lula com aqueles obtidos durante o governo Fernando Henrique Cardoso e assinalou que o maior aumento real ocorreu durante o governo Lula: 57,35% contra 29,8% no governo FHC. Ela acusou o PSDB de proselitismo por pretender um mínimo em R\$ 600.

– Uma política permanente não se faz votando ano a ano. Requer longo prazo.

Wellington Dias: regra garantirá retirada de famílias da pobreza

Wellington Dias (PT-PI) afirmou que a política de valorização do salário mínimo garantirá a retirada de inúmeras famílias da condição de pobreza.

O senador disse que, mantida a regra de reajuste prevista na proposta, já no próximo ano o salário mínimo chegará a R\$ 616. Em 2015, afirmou, poderá atingir R\$ 820, se mantida a inflação em torno de 5% ao ano e crescimento anual de 5%; e, em 2022, a previsão é de que o mínimo atinja entre R\$ 800 e R\$ 1.000.

Emenda de Crivella propunha ganho real mínimo de 2% ao ano

Marcelo Crivella (PRB-RJ) justificou a emenda que apresentou, que propunha um ganho real mínimo 2% ao ano, a serem utilizados quando a variação do PIB fosse menor que esse índice ou mesmo negativa. Para o senador, sua emenda real funcionaria como uma “política anticíclica” contra períodos de recessão.

Crivella disse que nem os senadores da base do governo nem os da oposição estão satisfeitos com o valor proposto de R\$ 545, mas um salário maior aumentaria a inflação.

Wilson Santiago alega necessidade de ajuste fiscal e de controle inflacionário

Favorável à política do salário mínimo proposta pelo governo, Wilson Santiago (PMDB-PB) justificou seu posicionamento alegando a necessidade de manutenção do ajuste fiscal e de controle inflacionário. O senador elogiou a presidente Dilma Rousseff por ter encaminhado essa política ao Congresso via projeto de lei, com ganho real para o trabalhador, “o que não ocorria desde o governo Getúlio Vargas”.

– A política do atual governo é no sen-

tido de valorizar o salário mínimo e de sinalizar para o mercado, e não só para a sociedade e para a economia internacional, que o governo brasileiro está preocupado com a economia e também com o equilíbrio fiscal – defendeu.

Santiago disse ainda que a defesa da política salarial não é responsabilidade apenas dos governistas, mas de todos os comprometidos com o comportamento adequado da economia, o controle da inflação e a responsabilidade fiscal.

Benedito de Lira, novo presidente, anuncia que comissão vai participar dos trabalhos de preparação do país para a Copa do Mundo e as Olimpíadas

Na CDR, Copa, aviação e turismo são prioridades

O DESENVOLVIMENTO DA aviação regional e a melhoria da infraestrutura turística nas cidades brasileiras serão prioridades na gestão do senador Benedito de Lira (PP-AL) à frente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Ele foi eleito ontem presidente do colegiado, e Eduardo Amorim (PSC-SE), vice-presidente.

A preparação do país para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016 desperta o interesse da comissão, e as obras relacionadas aos eventos serão acompanhadas de perto, explicou Benedito de Lira

– É fundamental a presença da comissão na Copa. Ela [a CDR] vai cuidar disso, dos dois grandes eventos. Vamos ter que cobrar, ajudar, participar e chamar todos que tenham responsabilidade com esse desenvolvimento – opinou.

Benedito de Lira chamou a atenção ainda para a responsabilidade que não cabe apenas ao poder público, mas também



Benedito de Lira (à dir., ao lado de Eduardo Amorim) afirma que obras para os dois eventos serão acompanhadas de perto

à iniciativa privada, de auxiliar no crescimento do país. Afinal, disse, são eles que “geram emprego, riqueza e pagam

impostos”.

O senador se comprometeu a tentar tornar atraentes os trabalhos da comissão, já que,

segundo observou a senadora Ana Rita (PT-ES), a CDR se reúne pouco. Na opinião do parlamentar, o fato de a maioria dos

membros da comissão exercer o primeiro mandato de senador dará mais motivação para o trabalho, inclusive para “motivar os mais antigos”.

– Vamos convocar segmentos da sociedade para fazer audiências públicas que chamem a atenção. Vamos ter também uma conversa de pé de orelha com cada um [dos integrantes] para que os senadores se sintam motivados – disse.

Amazônia

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) anunciou que apresentará requerimento criando uma subcomissão para a Amazônia, destinada a debater os problemas da região, que, disse, “são gigantescos” como a própria floresta. Outra ideia da senadora é modificar o nome da comissão, tornando-a Comissão de Desenvolvimento Regional, Turismo e Amazônia. Questionada sobre a possibilidade de a proposta não ser aprovada, ela disse acreditar que não haverá objeção.

Frente quer ampliar teto para enquadramento no Simples

A Frente Parlamentar Mista da Pequena e Micro Empresa vai concentrar esforços para aprovar o quanto antes projeto que aumenta o teto da receita bruta anual das micro e pequenas empresas para enquadramento no Simples Nacional, entre outras reivindicações. Sem a atualização dos tetos – de R\$ 240 mil para R\$ 360 mil, no caso das microempresas, e de R\$ 2,4 milhões para R\$ 3,6 milhões, para as pequenas –, podem ser excluídas desse regime de tributação simplificada cerca de 600 mil empresas.

O alerta foi feito por participantes do evento que marcou, ontem, a reativação da frente nesta legislatura. Durante café da manhã na Câmara, senadores e deputados também confirmaram os nomes que vão dirigir a associação parlamentar. A presidência ficou com o deputado Pepe Vargas (PT-RS).

Pelo Senado, o 1º vice-presidente será Armando Monteiro (PTB-PE) e o 2º, José Pimentel (PT-CE). O 1º e o 2º vices, pela Câmara, vão ser os deputados Mendes Thame (PSDB-SP) e Leonardo Quintão (PMDB-MG). A

Primeira-Secretaria será ocupada pelo deputado Guilherme Campos (DEM-SP) e a Segunda ficou com a senadora Ana Amélia (PP-RS). Serão ainda definidos os nomes de cinco coordenadores regionais e 27 estaduais.

Pepe Vargas informou que já foi solicitado à Câmara o desarquivamento do projeto destinado a ampliar o teto da receita bruta anual para efeito de enquadramento no Simples (PLC 591/10, na Câmara). O texto altera a Lei Complementar 123/06, conhecida como Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, por meio da qual foi criado o regime especial de tributação.

Ampliação do teto

O texto prevê também a ampliação do limite da receita bruta anual para a formalização do Empreendedor Individual (EI), de R\$ 36 mil para R\$ 48 mil. Nesse regime, quem vive de pequenas atividades pode se formalizar pagando 11% do salário mínimo à Previdência e apenas 1% de ICMS ao estado, se atuar no comércio ou indústria, ou 5% de ISS às prefeituras, no caso da prestação de serviços.



Reunião ontem na Câmara elegeu o deputado Pepe Vargas como coordenador da frente parlamentar

A ampliação dos tetos de enquadramento foi também defendida por José Pimentel, o 2º vice da frente pelo Senado.

– Vamos evitar que empresas do Simples percam o ânimo de continuar crescendo porque bateram no teto – argumentou Pimentel.

Outro ponto de destaque é a criação de um parcelamento especial de débitos do Simples

Nacional, o que hoje é vedado. A proposição, que depois da Câmara virá ao Senado, ainda inclui novas categorias e atividades no Simples, além de criar o chamado Simples Rural. Nesse caso, o produtor de pequena propriedade seria equiparado à pequena empresa urbana, inclusive com vantagem para acesso às compras governamentais.

A proposta estabelece ainda o

fim da cobrança antecipada do ICMS nas fronteiras interestaduais para empresas do Simples. A ideia é acabar também com a cobrança antecipada desse tributo pela via da substituição tributária, quando o imposto é recolhido pelo próprio fornecedor e repassado ao micro e pequeno empresário, que também já é taxado dentro do Simples Nacional.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Vanessa Grazziotin • Marta Suplicy

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvío Burle

Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920



Rollemberg ressalta o caráter plural do colegiado que presidirá

CMA elege Rodrigo Rollemberg. Kátia Abreu fica como vice

O senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) foi eleito presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A vice-presidente será a senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

Rollemberg apontou como prioridades da comissão durante sua gestão rever o Código Florestal – projeto em tramitação na Câmara dos Deputados, que deve chegar em breve ao Senado – e aprovar propostas que fomentem o desenvolvimento de uma “economia verde” e garantam o pagamento pela prestação de serviços ambientais.

A atualização do Código de Defesa do Consumidor – para a qual já foi instituída pelo presidente do Senado, José Sarney, uma comissão especial que deverá elaborar um anteprojeto – é outra prioridade de Rollemberg.

Além disso, o senador anunciou a intenção de elaborar uma agenda positiva com os órgãos de fiscalização, como o Tribunal de Contas da União, para modernizar e aperfeiçoar os instrumentos de controle dos gastos públicos.

O senador elogiou a composição plural da comissão.

– Temos na comissão pessoas muito experientes, ex-governadores, grandes produtores rurais, ambientalistas, engenheiros florestais, podemos construir

um amplo diálogo em defesa do interesse do país – disse.

O diálogo e a busca do consenso, sem posições apaixonadas ou de extremos e sem deixar que vieses ideológicos interfiram na busca da melhor solução, foram defendidos em discursos dos membros da CMA, que elogiaram a escolha de Rollemberg. O senador Jorge Viana (PT-AC) salientou que os senadores não devem cair na “armadilha de transformar temas globais e universais em disputas”. Já Blairo Maggi (PR-MT) pediu atenção a decretos, normas e portarias de ministérios e agências reguladoras que acabam se tornando “maiores do que a lei”.

Subcomissões

Rollemberg afirmou ainda que pretende dar continuidade ao trabalho de algumas das subcomissões da legislatura passada, como a de Belo Monte. Segundo ele, a CMA deve buscar a contribuição da comunidade científica para garantir o menor impacto ambiental e a sustentabilidade, especialmente na instalação da hidrelétrica. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) sugeriu que a subcomissão seja instalada na semana que vem.

Já Marisa Serrano (PSDB-MS) frisou a importância do debate relativo à água, assinalando a importância da subcomissão criada para esse fim.

Marinor denuncia que 44,9% do Orçamento vão para dívida

A senadora Marinor Brito (PSOL-PA) denunciou em Plenário o que chamou de “farsa no debate político”. Ela mostrou estudo elaborado pela assessoria econômica de seu partido, com base em dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), segundo o qual 44,9% dos recursos do Orçamento de 2010 foram utilizados para o pagamento de juros, amortizações e refinanciamento da dívida pública.

A senadora afirmou que se trata da rolagem da dívida, ou seja, a contratação de novos empréstimos para pagar empréstimos anteriores.

– É um absurdo que os senadores não se movimentem para cobrar do governo o detalhamento dessa dívida – afirmou.

Marinor defendeu a convocação da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, ao Senado para que detalhe onde serão efetuados os cortes de R\$ 50 bilhões anunciados no



Marinor quer que ministra seja ouvida para explicar corte de R\$ 50 bilhões

Orçamento de 2011.

– Queremos saber quanto vai para a dívida pública, quanto vai para a rolagem da dívida e quanto vai ser investido em saúde, educação, segurança e moradia – afirmou.

Para a senadora, os trabalhadores brasileiros vão continuar submetidos à lógica neoliberal que tem privilegiado o agronegócio, os grandes empreendimentos, os latifundiários e os banqueiros.

Eleito ontem presidente da Comissão de Agricultura, senador afirma que pretende unir interesses do meio ambiente e dos produtores rurais. Vice-presidente será Waldemir Moka

É preciso fortalecer vocação agrícola do Brasil, diz Gurgacz

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) foi instalada ontem e o senador Acir Gurgacz (PDT-RO), eleito presidente do colegiado, por unanimidade. A vice-presidência será de Waldemir Moka (PMDB-MS).

Na avaliação de Gurgacz, “é preciso fortalecer a vocação agrícola do Brasil”. Ele ressaltou que o setor do agronegócio, considerando a agricultura familiar e toda a cadeia produtiva, participa com um terço do produto interno bruto (PIB).

O presidente da CRA, eleito para o biênio 2011-2013, disse que é necessário implantar políticas de crédito e de desenvolvimento para que os pequenos agricultores possam desenvolver suas atividades com dignidade e qualidade de vida.

Para isso, segundo Gurgacz, a comissão precisará contar com a colaboração do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O principal desafio é maximizar a produtividade com custos acessíveis para a população, garantir a segurança alimentar, oferecer retorno econômico

para a atividade agropecuária e reduzir os impactos ambientais, disse o senador.

Agronegócio

Para demonstrar a importância do setor agropecuário brasileiro, o presidente da CRA disse que, segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Brasil é o terceiro maior produtor agrícola do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da União Europeia.

A estimativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para a safra de grãos do biênio 2010-2011, informou, é de 153 milhões de toneladas – um crescimento de 2,6% em relação à safra do ano passado.

Os bons resultados, avaliou o presidente da CRA, devem-se ao trabalho dos agricultores, à organização do setor, à produção agroindustrial e ao investimento em pesquisa e tecnologia feito pelas universidades, instituições e empresas públicas.

Ambiente

Gurgacz afirmou que a legislação ambiental deve “facilitar o desenvolvimento da atividade

agrícola”. Ele defendeu a regularização fundiária do meio rural e a resolução de pendências legais que envolvem as questões ambientais e a produção agrícola.

– O problema maior não é o rigor da legislação ambiental, mas sim a ineficiência e falta de agilidade dos órgãos ambientais e da reforma agrária – declarou.

A reforma do Código Florestal (Lei 4.771/65) também é um dos temas de discussão prioritária na CRA, disse o senador. Para ele, as normas ambientais devem ser adaptadas à realidade brasileira. Ao elaborar a legislação ambiental, continuou, o governo leva em conta o processo histórico de colonização do Brasil e a evolução de sua agricultura. A regulamentação do solo no meio rural, afirmou, deve permitir a atividade produtiva com sustentabilidade ambiental, econômica e social.

– Tenho certeza que, unindo os interesses do meio ambiente e os interesses dos produtores rurais, o Brasil chegará a ser um dos maiores produtores de alimentos do mundo – disse.



Acir Gurgacz, presidente da CRA, e Waldemir Moka, vice, comandam reunião de instalação do colegiado, realizada ontem

Subcomissão vai acompanhar política agrícola

Uma subcomissão destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira foi criada pela CRA. A iniciativa é do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e foi aprovada pela comissão em sua primeira reunião do ano, ontem de manhã.

Flexa Ribeiro disse que o setor ainda depende da política agrícola do governo, apesar de o agronegócio ter participação importante no crescimento econômico do país.

O senador sugere que a política agrícola inclua temas como formas de financiamento oferecidas ao produtor, desoneração tributária e um sistema de defesa animal e vegetal. Assistência técnica e extensão rural, seguro agrícola e cooperativismo também são temas, na avaliação de Flexa Ribeiro, que devem orien-

tar as decisões governamentais. Assim, argumentou, a comissão deve dar atenção especial à política agrícola do governo.

O presidente da CRA, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), comunicou que o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi, pediu à comissão informações e contribuições para instruir o plano agropecuário para o biênio 2011-2012.

Três ministros

O ministro Wagner Rossi e os ministros do Desenvolvimento Agrário, Afonso Bandeira Florence, e da Pesca e Aquicultura, Ideli Salvatti, serão convidados a expor na CRA as políticas públicas para estimular as atividades em suas pastas, com os recentes cortes orçamentários anunciados pela presidente da

República, Dilma Rousseff. Os requerimentos são do senador Acir Gurgacz.

A CRA também aprovou requerimentos para a realização de outras quatro audiências públicas. Uma delas, por sugestão da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), vai debater o uso racional da água.

A comissão também discutirá em audiências o planejamento estratégico, bem como as metas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para 2011 e a sua atuação no Programa de Aquisição de Alimentos; os procedimentos do Inca quanto à ratificação e alienação de terras devolutas nas faixas de fronteira; e a aplicação do decreto que instituiu o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais.

Eleito ontem para o cargo de presidente da Comissão de Relações Exteriores, Fernando Collor afirma que pretende trabalhar pelo sucesso da conferência internacional em que serão celebrados os 20 anos da Rio-92

Collor anuncia ciclo de audiências públicas sobre geopolítica mundial

ELEITO PARA O cargo de presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o senador Fernando Collor (PTB-AL) anunciou ontem que pretende promover ao longo deste ano uma série de audiências públicas a respeito da situação geopolítica mundial.

As audiências, cujo cronograma deverá ser anunciado na próxima terça-feira, tratarão das transformações ocorridas no cenário internacional desde o fim da 2ª Guerra Mundial.

– Pretendo trazer o debate sobre o que ocorreu desde 1945, passando por eventos como os acordos de Bretton Woods, a criação das Nações Unidas e do Fundo Monetário

Internacional, até chegar ao século 21 e o que ele nos apresenta. Tivemos um importante evento para a geopolítica mundial, que foi a dissolução do império soviético, com a queda do Muro de Berlim e as suas consequências que co-

nhecemos, como problemas sérios de imigração e o recrudescimento de ações terroristas. E, na primeira década do novo século, já estamos vivenciando terríveis problemas de fome, dramas ambientais, humanos e de liberdades políticas, sobretudo no Oriente Médio – disse Collor.

Rio+20

O novo presidente da CRE anunciou ainda a sua inten-

ção de trabalhar pelo sucesso da Conferência Rio+20, prevista para o ano que vem, no Rio de Janeiro, quando serão celebrados os 20 anos da realização da 2ª Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Conhecida como Rio-92, a conferência ocorreu no período em que Collor exercia o cargo de presidente da República.

Ele disse ter recebido do governo a informação de que os preparativos da nova conferência estão em andamento e manifestou a expectativa de celebração, no Brasil, de um novo tratado de mudanças climáticas, para substituir o Protocolo de Kyoto.

– A Rio+20 coincide com o fim da vigência do tratado de Kyoto. Quem sabe não possamos, aqui no Brasil, nessa conferência, elaborar

e apresentar ao mundo um instrumento jurídico que irá substituir o de Kyoto? – observou.

Collor afirmou ainda que pretende solicitar que todos os projetos que envolvam a concessão de financiamentos e de perdão de dívidas a outros países sejam analisados também pela CRE. Atualmente, eles tramitam apenas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

– Esses assuntos são tratados sob o enfoque econômico na Comissão de Assuntos Econômicos, mas eles dizem respeito à Comissão de Relações Exteriores no campo estratégico, por isso precisamos também analisá-los. Precisamos ver o que significa, estrategicamente, conceder financiamentos ou perdão de dívida a um determinado país – explicou o senador.

“A Rio+20 coincide com o fim da vigência do Tratado de Kyoto”, lembra Fernando Collor.



Fernando Collor foi eleito presidente da CRE e anunciou três propostas para modificar a sistemática de trabalho da comissão: senadores terão até a terça-feira para analisar as sugestões do parlamentar

Senador sugere mudar rito para escolha de embaixadores

O método para a aprovação de indicações de embaixadores e outras autoridades pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deverá mudar. Logo após ser eleito presidente da comissão, ontem, o senador Fernando Collor apresentou três propostas de atos destinados, segundo observou, a tornar as reuniões da comissão “mais ordenadas e previsíveis”.

Collor foi eleito com 15 votos e uma abstenção, juntamente com o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), novo vice-presidente da CRE.

Os três atos propostos pelo presidente da comissão deverão ser votados em reunião na próxima terça-feira. Ele distribuiu para análise dos demais membros as propostas que, como observaram diversos senadores, modificam profundamente as rotinas da comissão.

A avaliação de indicações presidenciais, segundo a primeira proposta, deverá ser realizada em duas etapas. Na primeira delas, o relator apresentará seu parecer à comissão e apresentará recomendações, se necessário, para que o candidato indicado apresente informações adicionais. Apenas na segunda etapa o indicado será submetido à arguição dos membros da comissão, antes da votação do parecer.

– O indicado será sabatinado sem correr o constrangimento de, logo após a leitura do relatório, ocorrer um pedido de vistas – explicou Collor.

O segundo ato estabelece que, “salvo situações extraordinárias e a critério do presidente da comissão”, nenhuma reunião será realizada sem que a pauta seja enviada dois dias antes e nenhuma matéria será incluída como extrapauta no dia da reunião.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ponderou que, em determinadas situações, a comissão teria pressa em se manifestar, como no caso atual da crise política da Líbia. Collor concordou e disse que essa seria uma das “situações extraordinárias” previstas em sua proposta.

O terceiro ato regulamenta as audiências públicas: serão sempre ouvidos expositores favoráveis e contrários à matéria. Além disso, o presidente da comissão poderá autorizar a presença de especialistas para formularem questões aos expositores.

Fernando Collor pediu, em Plenário, ao presidente do Senado, José Sarney, que examine a possibilidade de a CRE também deliberar sobre

temas como as autorizações para pedidos de empréstimos solicitados pela União, estados e Distrito Federal.

Ele citou o Regimento Interno e a Constituição, que atribuem à CRE, entre outras competências, “emitir parecer sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais e ao Ministério das Relações Exteriores, assim como sobre o comércio exterior”.

– Esses e outros temas como perdão de dívida, empréstimos externos, financiamentos e, eventualmente, até mesmo casos de renúncia fiscal, necessitam de avaliação sob a ótica de interesses nacionais e geopolíticos do Brasil, atribuição precípua da comissão – justificou.

Collor pediu a Sarney que amplie atribuições da CRE, para opinar sobre pedidos de empréstimos



Senador destaca previsão de investimentos de R\$ 18 bilhões em transportes públicos

Walter Pinheiro elogia o “PAC Mobilidade Grandes Cidades”

Walter Pinheiro (PT-BA) elogiou Dilma Rousseff pelo lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) voltado para obras de locomoção e infraestrutura de transportes em grandes municípios brasileiros – o “PAC Mobilidade Grandes Cidades”.

As 24 maiores cidades do país já estão enviando projetos para o programa a fim de incrementar suas infraestruturas de transporte público e mobilidade urbana. De acordo com Walter Pinheiro, o objetivo do PAC Mobilidade é priorizar o transporte público coletivo com investimentos da ordem de R\$ 18 bilhões nas 24 grandes cidades do país. Assim, acredita ele, 39% da população das regiões metropolitanas serão diretamente beneficiados.

Por enquanto, as cidades que poderão se beneficiar do PAC Mobilidade são: Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Recife, Fortaleza, Curitiba, Manaus, Belém, Goiânia, Guarulhos (SP), Campinas (SP), São Luís, Maceió, Teresina, Natal, Campo Grande, João Pessoa, São Gonçalo (RJ), Duque de Caxias (RJ), Nova Iguaçu (RJ) e São Bernardo do Campo (SP).

Wellington Dias quer alterar crédito da Caixa para habitação

Wellington Dias (PT-PI) disse ontem que estudos mostraram a existência de uma demanda grande por crédito para reformas e melhorias habitacionais, mas os programas oficiais são destinados apenas à construção de novas habitações. Ele afirmou que está trabalhando para “melhorar” um programa da Caixa Econômica Federal voltado à compra de material de construção.

– O objetivo é que a gente possa ter uma linha [de crédito] desburocratizada e possa o governo financiar material de construção com recursos da Caixa e participação de estados, municípios e parceiros – explicou.

Segundo Wellington, com esse modelo seria possível atender tanto às cidades quanto ao meio rural. Ele ressaltou o que considera ser um “conceito moderno”, implantado a partir do índice de desenvolvimento familiar: destinar um quarto para o número máximo de duas pessoas. O senador observou que, muitas, vezes o mutuário que recebe uma casa do governo não tem seu problema habitacional resolvido porque a família é grande.



Foco do senador é o programa da Caixa que financia compra de material de construção